

nidad e Tobago), St. John's (Antigua e Barbuda) e Georgetown (Guiana), dependentes da CR de Caracas, e como postos de recenseamento, Guatire e La Guaira, também dependentes da CR de Caracas;

Consulado Honorário em Maracaibo, dependente da CR de Valência, e, como posto de recenseamento, Mérida, também dependente da CR de Valência;

30 de janeiro de 2017. — O Diretor-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, *Júlio Vilela*.

310221092

Despacho (extrato) n.º 1334/2017

Por despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 6 de setembro de 2016, ao abrigo do disposto no n.º 2 e 3 do artigo 18.º do Regulamento Consular, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2009, de 31 de março, é o Senhor Idalmiro Manuel Ferreira da Rosa nomeado para o cargo de Cônsul Honorário de Portugal em San Diego, Estado da Califórnia, Estados Unidos da América, dependente do Consulado Geral de Portugal em São Francisco.

24 de janeiro de 2017. — O Diretor-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, *Júlio Vilela*.

310213779

Despacho (extrato) n.º 1335/2017

Por despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 6 de setembro de 2016, ao abrigo do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 18.º do Regulamento Consular, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2009, de 31 de março, é o Senhor Andrey Ivanovitch Burkov nomeado para o cargo de Cônsul Honorário de Portugal em Novosibirsk, na Federação Russa, e dependente da Embaixada de Portugal em Moscovo.

24 de janeiro de 2017. — O Diretor-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, *Júlio Vilela*.

310220769

Despacho (extrato) n.º 1336/2017

Por despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros de 7 de outubro de 2016, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 121/2011, de 29 de dezembro, é o Senhor Carlos Gonçalves das Neves exonerado, a seu pedido, do cargo de Cônsul Honorário de Portugal em Tromsø, no Reino da Noruega, e dependente da Embaixada de Portugal em Oslo.

24 de janeiro de 2017. — O Diretor-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, *Júlio Vilela*.

310220841

FINANÇAS

Gabinete da Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público

Despacho n.º 1337/2017

Considerando que, ao abrigo do disposto do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de abril, foi concedida a Fátima Maria Van Loon de Carvalho Peres Galvão licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau e dado que a mesma, solicitou a sua renovação para os períodos de 2010/2011, 2011/2013,

2013/2015, 2015/2016 e 2016/2018, ao abrigo e nos termos do disposto no artigo 1.º daquele diploma legal, determino que:

Ao abrigo do disposto na alínea j) do n.º 3 do Despacho n.º 3484/2016 de 24 de fevereiro, e nos termos do disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98 de 13 de abril, seja renovada, a título excecional e com cariz de ratificação, a licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau, concedida a Fátima Maria Van Loon de Carvalho Peres Galvão, pelos períodos de 20 de junho 2010 a 19 de junho de 2011, de 20 de junho de 2011 a 19 de junho de 2013, de 20 de junho de 2013 a 19 de junho de 2015, de 20 de junho de 2015 a 19 de junho de 2016 e de 20 de junho de 2016 a 19 de junho de 2018.

25 de novembro de 2016. — A Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público, *Carolina Maria Gomes Ferra*.

210084624

FINANÇAS, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR E EDUCAÇÃO

Gabinetes dos Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Educação e do Secretário de Estado do Orçamento

Portaria n.º 34/2017

Considerando que a Secretaria-Geral da Educação e Ciência (SGEC), através da Direção de Serviços de Contratação Pública, enquanto Unidade Ministerial de Compras (UMC-SGEC), nos termos da Portaria n.º 150/2012, de 16 de maio, e do Decreto-Lei n.º 37/2007, de 19 de fevereiro, vai proceder à aquisição centralizada de «Fornecimento de eletricidade em Regime de Mercado Livre, por um período estimado de 24 meses» para a Secretaria-Geral da Educação e Ciência;

Considerando que a UMC-SGEC se propõe proceder à abertura do respetivo procedimento, ao abrigo do Acordo-Quadro de fornecimento de eletricidade, celebrado pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P., nos termos do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;

Considerando que é necessário proceder à autorização de encargos financeiros para a SGEC, decorrentes do contrato de fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre, por um período estimado de 24 meses, que se estimam no valor de € 791.903,15, sem IVA, e de € 974.040,87, com IVA;

Nestes termos, e em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, conjugado com o n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, e os n.ºs 1 e 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, manda o Governo, pelos Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Educação e pelo Secretário de Estado do Orçamento, o seguinte:

Artigo 1.º

Fica a Secretaria-Geral da Educação e Ciência autorizada a assumir os encargos orçamentais decorrentes da contratação do fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre, por um período estimado de 24 meses que, no âmbito do respetivo procedimento, não podem exceder as importâncias abaixo indicadas:

NIF	Entidade	2017		2018		2019	
		Valores sem IVA (€)	Valores com IVA (€)	Valores sem IVA (€)	Valores com IVA (€)	Valores sem IVA (€)	Valores com IVA (€)
600015467	Secretaria-Geral da Educação e Ciência . . .	296.963,68	365.265,33	395.951,57	487.020,43	98.987,89	121.755,11

Artigo 2.º

Os encargos financeiros resultantes da execução da presente portaria são satisfeitos por conta das verbas inscritas e a inscrever no orçamento da respetiva entidade.

Artigo 3.º

As importâncias fixadas para os anos económicos de 2018 e 2019 podem ser acrescidas dos saldos que se apurarem na execução orçamental do ano anterior.

Artigo 4.º

A presente portaria produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

20 de janeiro de 2017. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *Manuel Frederico Tojal de Valsassina Heitor*. — 18 de janeiro de 2017. — O Ministro da Educação, *Tiago Brandão Rodrigues*. — 30 de janeiro de 2017. — O Secretário de Estado do Orçamento, *João Rodrigo Reis Carvalho Leão*.

310237706